

**A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel**

Rafael Vaz da Motta Brandão\*

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a relação entre Estado e Empresariado no Governo Geisel, mais precisamente a atuação de um dado aparelho privado de hegemonia, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), na busca da implementação de uma política industrial que atendesse às demandas do setor de bens de capital.

**Palavras- Chave:** ABDIB – Política Industrial – Governo Geisel

**Abstract:** This article intends to analyse the relationship between State and Entrepreneurs in Geisel Government, specially the performance of a specific private apparatus of hegemony, the Brazilian Association for the Development of Basic Industry (ABDIB), in search of the implementation of an industrial policy that attended the demands of the sector of capital goods.

**Keywords:** ABDIB – Industrial Policy – Geisel Government

### **Introdução**

O setor de bens de capital sempre ocupou espaço relevante no processo brasileiro de industrialização. Ainda que grande parte dos investimentos no setor possa ser observada entre as décadas de 1930-1950, foi somente no governo Ernesto Geisel (1974-1979) que se verifica uma tentativa de implementação de uma política industrial específica para o setor de bens de capital. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), através do ajuste da estrutura industrial do país, conferia ao setor uma posição central no processo de desenvolvimento econômico.

Tomando como base o entendimento do Estado enquanto uma condensação de relações sociais<sup>1</sup> e produto da permanente inter-relação entre sociedade política e sociedade civil<sup>2</sup>, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a relação entre Estado – em seu sentido estrito – e Empresariado no Governo Geisel, mais precisamente a atuação de um dado aparelho privado de hegemonia, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), na busca da implantação de uma política industrial que estabelecesse uma reserva de mercado à produção nacional em oposição aos investimentos estrangeiros e que possibilitasse uma maior facilidade na obtenção de financiamento para o setor.

A escolha da ABDIB como objeto de análise se justifica por duas razões. A primeira, pelo fato desta ser indicada pelos empresários como a entidade de classe mais representativa

---

\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

<sup>1</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

<sup>2</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

do setor de bens de capital. A segunda, deve-se ao fato de o setor de bens de capital ocupar espaço central no II PND e, sendo a ABDIB a associação mais representativa deste setor, esta sempre esteve no centro do debate sobre os rumos da política industrial do governo Geisel<sup>3</sup>.

### **A Política de Planejamento e Financiamento Industrial**

Duas importantes agências estatais se destacam no que se refere ao planejamento e financiamento da política industrial durante a gestão Geisel: o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

O CDE era um órgão vinculado diretamente à presidência da República cujo objetivo principal era o de se constituir em um órgão consultivo para a coordenação e o planejamento das políticas públicas na área econômica.

O BNDE, por sua vez, seria o principal financiador do II PND. Em 1974, o banco estatal determinou a criação de três empresas subsidiárias de modo a ampliar as formas de capitalização das empresas brasileiras: a EMBRAMEC (Mecânica Brasileira S/A), a IBRASA (Investimentos Brasileiros S/A) e a FIBASE (Financiamentos de Insumos Básicos S/A). Estas três empresas atuariam como companhias de investimentos, dando maior apoio à capitalização da empresa nacional através da concessão de capital de risco para a participação de projetos inscritos nas prioridades do II PND. Além da já existente FINAME, formam colocados sob a administração do BNDE recursos provenientes do PIS/Pasep, o que duplicaria a capacidade financeira do banco.

Um dado importante para analisar a inserção do Empresariado dentro do aparelho de Estado – este tomado em seu sentido ampliado – é a observação da composição dos conselhos de direção das três empresas situadas na órbita do BNDE que contavam com a presença de vários representantes do setor empresarial em seus quadros<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, p. 161.

<sup>4</sup> Quando da criação das três empresas subsidiárias, tomaram posse no Conselho da Embramec: Paulo Villares (Indústrias Villares S/A), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A), Giordano Romi (Indústrias Romi S/A), Luís Eulálio Bueno Vidigal (Cobrasma S/A – Indústrias e Comércio), Benedito Fonseca Moreira (CACEX), Haroldo Ramos da Silva (Petrobrás), Luis Verano (Codesid) e Mauro Moreira (Eletrobrás). Na direção da IBRASA estavam: José Mindlin (Metal Leve), Paulo Vellinho (Spinger-Admiral), Júlio Rafael de Aragão Buziano (Grupo Bozano Simonsen), Edson Queirós (Grupo Edson Queirós, do Ceará), Olavo Egydio Setúbal (Banco Itaú América), Roberto Teixeira da Costa (Banco de Investimentos do Brasil), Casimiro Antonio Ribeiro (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos), Fernando Carvalho (Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro) e Marco Túlio Felício da Silva (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais). O Conselho da FIBASE era composto por: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Ermírio de Moraes), Max Feffer (Companhia Suzano de Papel e Celulose), José Maria Oliva (Cimento Itaú), José Agostinho Drumond Gonçalves (Associação Nacional de Desenvolvimento de Adubos), Leopoldo Miguez (Petrobrás), Paulo Vieira Belloti (Secretário Geral do Ministério da Indústria e Comércio) e Arnaldo Rodrigues Barbalho (Secretário Geral

## A ABDIB e o Governo Geisel

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, cujo principal objetivo é o de apoiar o fortalecimento das indústrias brasileiras de bens de capital e defender os seus interesses na sua atuação no mercado.

Fundada em 1955 a partir de uma consulta às empresas brasileiras realizada pela Petrobrás sobre a possibilidade de produção de equipamentos dentro do país para a ampliação da Refinaria Landulpho Alves (BA), a ABDIB iniciou suas atividades com apenas sete empresas<sup>5</sup> tendo, poucos meses depois de sua criação, incorporado outras cinco empresas<sup>6</sup>, grande parte dos setores elétricos e de comunicações<sup>7</sup>.

Em junho de 1964, a ABDIB já contava com 35 associados e dez anos depois, seu quadro social totalizava 89 empresas. Estes números demonstram, portanto, que a base social da ABDIB aumentou substantivamente após o golpe militar de 1964, que contou com o forte apoio do empresariado. Leigh Payne confirma a extensão do apoio conferido pelos empresários. Em uma pesquisa com cerca de 132 empresários paulistas, selecionados em função de sua intensa participação política entre as décadas de 1960 e 1980, Payne constatou que 82,3% daqueles que iniciaram seus negócios antes de 1964 apoiaram o golpe<sup>8</sup>. Rapidamente, estes empresários passariam a colher os frutos desse apoio, passando a ocupar importantes cargos governamentais e influir decisivamente nas diretrizes econômicas no período da ditadura militar<sup>9</sup>. Portanto, o golpe militar inaugura um novo período no relacionamento entre Estado e a ABDIB.

A relação entre a ABDIB e o governo Geisel, tema central deste texto, pode ser dividida em três fases.

A primeira compreende o ano de 1974, e seria marcada pelo anúncio das novas diretrizes da política econômica, colocando o setor de bens de capital como prioritário no novo padrão de acumulação capitalista proposto pelo II PND. Este período foi caracterizado

do Ministério de Minas e Energia). Fonte: SILVA, Mariene Valadares da. *Política Industrial e Interesses Empresariais: o II PND (1974-1979)*, texto apresentado no Congresso da ABPHE em 2003.

<sup>5</sup> As sete empresas fundadoras da ABDIB forma: Aços Villares S/A, Bardella S/A – Indústrias Mecânicas, Companhia Brasileira de Construção Fichet, Companhia Brasileira de Material Ferroviário, Indústria Mecânica Cavallari S/A e Máquinas Piratininga.

<sup>6</sup> As cinco indústrias incorporadas aos quadros da ABDIB foram: Indústria Brasileira de Embalagens S/A, Arno S/A, Indústria Dínamo-Elétrica do Brasil S/A, General Eletric S/A e S/A White Martins.

<sup>7</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. São Paulo: FAPESP e Editora da Unicamp, 1995, p. 173.

<sup>8</sup> PAYNE, L. A. *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1994, p.25. *Apud* BIANCHI, Álvaro. *Crise e Representação Industrial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais*. Revista de Ciência Política, Curitiba n° 16, junho, 2001, p.123-142, p. 132.

<sup>9</sup> Idem, p. 133.

pelo anúncio de importantes medidas para o setor: o fortalecimento do BNDE através da transferência dos recursos do PIS/Pasep; a criação das empresas subsidiárias do banco estatal (em especial a EMBRAMEC) e a Exposição de Motivos 06/74. A principal característica desta primeira fase é o grande apoio do empresariado às decisões políticas implementadas pelo governo.

A segunda fase, situada entre os anos de 1975-1976, tem início quando a ABDIB começa a assumir uma posição mais crítica em relação ao governo, especialmente após a campanha iniciada em Porto Alegre, em favor do fortalecimento da indústria nacional de bens de capital. Podemos caracterizar esta segunda fase, como uma fase intermediária, pois mesmo assumindo uma postura mais crítica em relação ao governo, este ainda conta com o apoio da ABDIB.

A terceira fase, compreendida entre os anos de 1977 e 1978, é caracterizada pela intensificação das críticas ao governo, já iniciadas, de forma mais tímida, em 1975-1976. A entidade assume uma posição mais contundente em defesa de uma política industrial voltada para os interesses do empresariado nacional. Apesar da tentativa do governo de fortalecimento da indústria nacional através da Resolução nº 09 do CDE, a política industrial voltada para o setor de bens de capital não se consolida e a aliança governo – empresariado – ABDIB é profundamente, culminando com a divulgação do Manifesto dos Oito em 1978.

O primeiro encontro oficial entre representantes da ABDIB e do governo ocorreu no dia 16 de abril de 1974. Na ocasião, o presidente Cláudio Bardella e o vice-presidente Carlos Villares foram recebidos pelo Ministro Severo Gomes (Indústria e Comércio) e pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso (Secretaria de Planejamento/SEPLAN). Neste encontro, os empresários da ABDIB tiveram a oportunidade de fazer uma exposição acerca da situação do setor produtor de bens de capital sob encomenda<sup>10</sup>.

O mês seguinte ao primeiro encontro entre governo e representantes da ABDIB pode ser considerado como um dos momentos mais importantes para o setor de bens de capital. Dirigindo-se a diretores e associados da ABDIB, em reunião realizada em 24 de maio, o Ministro Reis Velloso exporia os pontos principais da nova orientação para o setor, explicitadas na criação da EMBRAMEC e na Exposição de Motivos 06/74.

Das três empresas criadas pelo BNDE, a EMBRAMEC se destacaria como a principal subsidiária no apoio ao setor de bens de capital. Sua principal função era de fortalecer

---

<sup>10</sup> ABDIB – *Informa* nº 118/74.

financeiramente as empresas nacionais, assumindo participações acionárias minoritárias, ampliando a capacidade destas empresas na sua capacidade de investimento<sup>11</sup>.

A Exposição de Motivos 06/74 destaca, logo em seu primeiro ponto, a importância da ação do Estado na orientação e no desenvolvimento econômico do país. Segundo o documento, a produção de bens de capital atingiria, naquele momento, um ponto em que se tornaria necessário criar instrumentos que permitissem sua total integração com projetos de investimentos em curso, de forma a assegurar ao setor, mediante maior garantia de encomendas, perspectivas para garantir o seu desenvolvimento. Defende, ainda, uma ação específica do setor público, destacando, também, a importância da expansão da indústria nacional para o equilíbrio no balanço de pagamentos<sup>12</sup>.

O bom relacionamento entre a ABDIB e o governo fica evidente quando, em outubro deste ano de 1974, é anunciado o II PND, dando ao setor de bens de capital uma posição central no processo de desenvolvimento econômico.

O ano de 1975 se inicia e, com ele, começa uma segunda fase na relação entre o governo e a ABDIB. Em março de 1975, o boletim da entidade publica o texto “Bens de Capital a Longo Prazo”, em que defende a necessidade de uma política industrial a longo prazo para o setor, com a vinculação da demanda interna do mercado à indústria nacional para a utilização de sua plena capacidade de produção. Os primeiros sinais de insatisfação da entidade começariam a surgir, ainda que de forma pontual.

Em outubro de 1975, a ADBIB reúne-se em Porto Alegre com o objetivo de “lançar uma campanha em favor do fortalecimento e do surgimento do empresário nacional na indústria de bens de capital sob encomenda”<sup>13</sup>. O encontro foi realizado na sede da FIERGS e, na oportunidade, Cláudio Bardella fez um discurso de apoio à política industrial do governo naquele momento. No entanto não deixou de esconder a apreensão em relação a um favorecimento do capital estrangeiro, pois segundo afirmou, “no desejo e na pressa de atingir este objetivo de substituição de importações, nós receamos que a parcela maior e mais importante seja oferecida às empresas de capital estrangeiro”<sup>14</sup>. E não deixa de fazer uma defesa em favor dos empresários nacionais: “este desafio, no setor de peças e componentes, no nosso entender, deve ser preferencialmente dirigido ao empresariado nacional”<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: editora da Unicamp, 1998, p. 101.

<sup>12</sup> ABDIB - *Informa*, n.119/74.

<sup>13</sup> ABDIB - *Informa*, n.132/75.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> ABDIB *Informa*, n..133/76.

Na terceira reunião, em dezembro de 1975, realizada no Rio de Janeiro (a segunda foi em Belo Horizonte), Cláudio Bardella, aproveitou, novamente, para reiterar aos empresários do país as linhas mestras da política da ABDIB: 1) a necessidade de formulação de uma política industrial para o Brasil; 2) a substituição de importações mediante uma política de estímulos e benéficos para a produção interna; 3) a adoção de uma política de descentralização industrial; 4) definição clara do papel dos investimentos estrangeiros no desenvolvimento industrial brasileiro<sup>16</sup>.

No ano seguinte, no dia 09 de março de 1976, em audiência com o Presidente da República, Cláudio Bardella e Carlos Villares, entregaram a Geisel um documento expondo os pontos de vista da entidade. Este encontro estabelece um canal direto entre a representação empresarial e o governo federal, demonstrando a atuação firme do setor. No documento algumas reivindicações visando o desenvolvimento do setor de bens de capital foram colocadas: 1) definição de uma política industrial para o país que definisse de forma clara os objetivos a serem atingidos, as áreas prioritárias a serem desenvolvidas, a participação do empresário nacional, a forma e a amplitude da participação do capital e tecnologia estrangeira e o nível de desenvolvimento do próprio governo; 2) que a política industrial para o setor de bens de capital fosse consolidada num conjunto de leis que garanta sua permanência e continuidade por um longo prazo; 3) que o mercado nacional de bens de capital passasse a ser considerado como uma reserva natural do país; que a liderança dos projetos de engenharia seja sempre conferida às empresas privadas nacionais de engenharia; 4) fosse estabelecido um sistema de consultas entre governo e empresa privada; 5) que não fosse permitido acordos e trocas bilaterais que envolvam a importação de bens de capital já fabricados no país; 6) que fosse evitada a diluição do mercado entre muitos fabricantes impossibilitando que seja alcançada economia de escala<sup>17</sup>.

Ainda no mês de março de 1976, diretores da ABDIB foram recebidos pelos ministros Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen a fim de discutirem detalhes das sugestões apresentadas anteriormente ao Presidente da República com intuito de se obter o fortalecimento da indústria de bens de capital sob encomenda. No encontro foi solicitado à ABDIB a apresentação de sugestões para o fortalecimento da empresa privada nacional. Como resultado, o governo lançou a “Ação para a Empresa Privada Nacional”. No documento, encontravam-se definidas as áreas de atuação das empresas estatais e das empresas privadas (nacionais e estrangeiras).

---

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> ABDIB – *Informa*, n. 134/76.

Em palestra realizada no VI Congresso Internacional de Executivos Financeiros, no Rio de Janeiro, Cláudio Bardella defenderia a compra por parte das empresas estatais de máquinas e equipamentos produzidos por empresas brasileiras, ao invés de recorrerem ao exterior para efetuar estas compras, como freqüentemente vinham fazendo. Em seu discurso, percebemos o descontentamento em relação ao governo: “(...) se o governo atual decidiu apoiar a indústria de bens de capital e ele, através de várias empresas estatais é o comprador, todos os principais problemas de nossa indústria devem estar resolvidos. Na teoria os que formularam este pensamento estão certos, mas na prática a situação é um pouco diferente”<sup>18</sup>.

Outro problema apontado por Bardella refere-se aos financiamentos externos para a realização dos grandes projetos de infra-estrutura do II PND. Para financiar estes projetos, os países industrializados exigem, muitas vezes, a utilização de equipamentos e máquinas produzidos por suas indústrias, relegando à indústria brasileira uma posição secundária no fornecimento de seus produtos. Este é um ponto central na palestra de Bardella: “pelo investimento realizado nesses setores, a indústria de bens de capital nacional poderia produzir 80% dos equipamentos necessários. Porém, em 1975, nossa indústria atendeu apenas 56% das encomendas, perdendo uma importante fatia do seu mercado em função dos financiamentos externos vinculados a acordos bilaterais”<sup>19</sup>.

Em 1977, tem início a terceira fase na relação entre a ABDIB e o governo: os rumos mudaram, o apoio inicial já não encontra mais eco como nos anos anteriores. Este ano se inicia com mudanças na direção da entidade. A eleição para o biênio 1977/1978, oriunda de chapa única registrada na secretaria da associação em 14 de fevereiro, empossa Carlos Ramos Villares (Aços Villares S/A) como presidente e Waldyr Antonia Giannetti (Dedini S/A Metalúrgica) como vice-presidente<sup>20</sup>.

No seu discurso de entrega do cargo, Cláudio Bardella mostra o seu agradecimento ao apoio dado pelo governo Geisel ao setor de bens de capital, entretanto não esconde a sua decepção pela ausência de uma política definida para o setor: “(...) entretanto, o grande esforço do Governo Geisel e o engajamento total da iniciativa privada nesse programa, ainda não conseguiram resolver os problemas de consolidação do setor”<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> ABDIB- *Informa* n. 136/76.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> ABDIB - *Informa*, n.142/77.

<sup>21</sup> ABDIB - *Informa*, n.142/77.

No discurso de posse de Carlos Villares reafirma a continuação da linha da diretoria anterior e coloca como objetivo principal a ser perseguido: o estabelecimento e a efetiva implantação de uma política industrial específica para o setor de bens de capital<sup>22</sup>.

Em 30 de março de 1977 o governo, na tentativa de implementação de uma política industrial específica para o setor de bens de capital, assina uma importante medida em favor do setor de bens de capital: a Resolução nº 09 do CDE, reafirmando as diretrizes da política industrial do II PND de apoio a empresa privada nacional, notadamente o setor de insumos básicos, bens de capital e mineração. Os empresários e líderes do setor de bens de capital demonstrariam grande entusiasmo com as medidas enunciadas<sup>23</sup>.

A Resolução nº 09 do CDE estabelecia entre outras coisas, as seguintes determinações: 1) os órgãos e empresas estatais só realizariam importações de máquinas e equipamentos quando não houvesse similar nacional, mesmo dispondo de limite no orçamento de importações; 2) o CDI, o CONSIDER, a SUDENE, a SUDAM, a SUFRAM e outros órgãos ou entidades com atribuições legais da mesma natureza, quando da análise e aprovação de projetos, deveriam observar a orientação de evitar, de um lado, o monopólio, e de outro, o excessivo número de empresas na mesma linha de produção; 3) realização de um esforço de progressiva nacionalização de componentes; 4) na execução de projetos de interesses de empresas e/ou órgãos do governo, mesmo que amparado por financiamento externo – excetuados os casos vinculados a compromissos expressos com outros países ou com agências de financiamento internacional – seria adotado, preferencialmente, a prática de primeiro determinar o volume do fornecimento de equipamento da indústria nacional, para realizar, em seguida, concorrência internacional, para a parcela de produção não coberta pela indústria nacional fosse adquiri no exterior; 5) a preferência, no caso de consórcios para fornecimento, seria dada àquele sob liderança de empresas nacionais.

Em julho de 1977, é publicado, no boletim da associação, a mais incisiva crítica de insatisfação do empresariado em relação à falta de uma política industrial integrada para o setor. As últimas semanas teriam sido marcadas por de incidentes de grande importância para a indústria de bens de capital sob encomenda: as denúncias de atrasos da indústria nacional pela Petrobrás e a ameaça de um decreto-lei violentando a legislação do similar nacional e a Resolução nº 09 do CDE de 30-03-77, concedendo à Petrobrás isenção total para importação

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> SILVA, Mariene Valadares da. *Política Industrial e Interesses Empresariais: o II PND (1974-1979)*, texto apresentado no Congresso da ABPHE em 2003, p. 16.



de equipamentos<sup>24</sup>. Segundo o texto, estes problemas teriam uma relação entre si, e estariam relacionados diretamente com a decisão do governo de determinar uma redução nos programas de investimentos das empresas estatais na tentativa de conter o forte surto inflacionário, que levaria a uma revisão das metas do II PND. Segundo o texto, após as medidas de contenção econômica, a saída mais fácil seria a de buscar financiamentos externos, o que “naturalmente estão vinculados a compra fora do Brasil de parte dos equipamentos necessários aos projetos”<sup>25</sup>. O texto é finalizado com uma reclamação por parte das empresas nacionais da “aprovação quase indiscriminada de projetos de empresas multinacionais em áreas já perfeitamente atendidas pela indústria de capital nacional”<sup>26</sup>.

Em agosto, as críticas contra a falta de política industrial definida e contra o descumprimento da Resolução nº 09 do CDE são ainda mais contundentes do que as publicadas no boletim anterior. Segundo o texto, ausência de diretrizes superiores que determinassem os rumos a serem seguidos pela política industrial seria a responsável pela situação vivida pelo setor que, eleito como setor prioritário pela estratégia de desenvolvimento econômico do II PND, via-se frustrado em suas expectativas: vários fabricantes produzindo os mesmos tipos de equipamentos, ausência de uma reserva de mercado para os produtos nacionais, concorrência com empresas multinacionais acarretando uma desnacionalização do setor, entre outras<sup>27</sup>.

O ano de 1978 foi marcado pelos bastidores em torno da sucessão presidencial e pelo decreto do Pacote de Abril, determinando o fechamento do Congresso Nacional. O descontentamento do empresariado e, em especial do setor de bens de capital representado pela ABDIB, já era evidente, devido, em grande parte, ao fracasso do II PND, que teria suas metas revistas. . Em julho, através do Fórum dos Líderes, oito empresários<sup>28</sup> redigiram o famoso “Manifesto dos Oito” que, constituiu-se, segundo Carlos Lessa<sup>29</sup>, na mais precisa crítica político-econômica do empresariado contra a administração Geisel. Justamente, o setor predileto do II PND: o sonho de Nação-Potência perderia, naquele momento, definitivamente, aquele que deveria ser o seu maior aliado.

---

<sup>24</sup> ABDIB – *Informa*, n.145/77.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> ABDIB – *Informa*, n.146/77.

<sup>28</sup> Assinaram o documento: Antonio Hermínio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Vellinho, Paulo Villares e Severos Fagundes Neto. Em sua maioria, representantes do setor de bens de capital.

<sup>29</sup> LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: editora da Unicamp, 1998, p. 116.